*Artigo

O JUDICIÁRIO E A FICHA LIMPA

No modelo republicano brasileiro o espaço destinado a dizer a lei em ultima instância, pacificar os conflitos e proteger a ordem jurídica, é missão institucional do Poder Judiciário, que possui um dos poderes de Estado concedidos pelo povo (art. 1º, parágrafo único da CF/88).

Mas ele tem falhado fragorosamente nesta missão. Quando dominaram o Brasil no Golpe de 64, os generais ditadores trataram de suprimir a atuação dos magistrados e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF). Com a redemocratização esse modelo foi revisto, e a Constituição Federal de 1988 dedicou o Capítulo III (Título IV) para discorrer sobre a organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia (pública e privada) e da Defensoria Pública.

Por ideologia turva o constituinte colocou a polícia e as forças armadas no Título V, que trata da defesa do estado e das instituições democráticas.

Pois bem. Estamos começando uma nova eleição, e a Lei da Ficha Limpa, que já enfrentou três batalhas no Supremo Tribunal Federal (em ações de controle concentrado de constitucionalidade) volta a ficar na berlinda.

Desta vez está à mercê da interpretação dos juízes eleitorais quanto á sua incidência em casos concretos.

Mas, cá pra nós. Desde o ano de 2010 o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso está apreciando processos de crimes eleitorais contra os deputados Julio Campos e José Riva e até agora não deu solução (julgamento). Ambos inclusive já estão lançando seus rebentos na política partidária, crentes de que terão juízes complacentes com a atuação daqueles na vida pública.

Até agora, em fins de mandato, ambos não foram julgados pelas infrações cometidas na eleição anterior.

É triste, mas o Judiciário é assim. O juiz que foi flagrado com um "morto" numa audiência em que liberou uma montanha de dinheiro (para um "muito vivo"), na Comarca de Várzea Grande, continua judicando. Seu processo administrativo disciplinar sofre contínuos "pedidos de vista", que atrasam o desfecho.

Não se parece crível que um caso que esteja sendo discutido pela sociedade e pela imprensa há anos, seja notícia em todo o país, ainda possa ser objeto de "pedido de vista", quando o julgador para o processo para que o mesmo seja "melhor apreciado".

E há o caso do juiz, da mesma Várzea Grande (coitada da cidade!) que foi impedido de ser promovido a desembargador (juiz de tribunal), mas pode ser juiz de primeiro grau. Foi aposentado, mesmo respondendo a procedimentos quanto à sua atuação profissional.

Enquanto isso, nesses últimos quatro anos (2010-2014) a população carcerária de Mato Grosso chegou a 11 mil detentos, que custam ao contribuinte cerca de R$ 1.900,00 todo mês, unitariamente. Cada vaga nova num presídio custa em torno de R$ 15 mil ao erário, segundo cálculos da SEJUDH (Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos de MT).

E o triste é saber que grande parte dos adolescentes que ingressam no mundo do crime o fazem porque não tiveram escola decente e qualificação profissional no tempo devido, porque os recursos orçamentários foram desviados por maus políticos e maus gestores.

E geralmente os "maus políticos e maus gestores são os "ficha-suja", indecentemente "protegidos" pelo Poder Judiciário. Em Brasília, o STF entende que dinheiro de empresas não pode patrocinar campanha eleitoral. Mas um de seus membros emperra a proclamação (publicação) do julgamento com um "pedido de vista"!

Parece que o recado das ruas, evidenciado em junho de 2013, não foi compreendido por alguns.

Antonio Cavalcante e Vilson Nery
Ativistas do MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) em Cuiabá/MT.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Geam Michel Lourenço Costa
Renan Bezerra do Nascimento
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

FEIRANTES UNIFORMIZADOS

A Associação dos Feirantes de Nova Olímpia, atualmente com 70 produtores que comercializam seus produtos todos os sábados na Feira Livre do Produtor Rural, confeccionou e entregou na última semana o novo uniforme aos associados. Participaram do ato, o presidente da Associação, Divino Silvestre, o tesoureiro, Adão Nunes e o secretário de Desenvolvimento Rural, Edson Noel (Edinho) que destacou a padronização nas vestimentas dos feirantes como mais uma forma de qualidade na comercialização dos produtos rurais. Na oportunidade, o secretário destacou que o governo municipal é parceiro dos produtores rurais, oferecendo o transporte gratuito dos produtos até a Feira. E também tem apoiado nos principais serviços públicos como Saúde, Educação, manutenção das vias, bem como apoio técnico.

Virada Cultural

Realizada pelo Governo Municipal, a I Virada Cultural de Diamantino ocorreu na noite de sábado, 18, na praça Delbray Christofolli. A praça foi inaugurada em setembro de 2013, no aniversário de 285 anos do município pelo prefeito Juviano Lincoln, vice-prefeito Valdinei Teodoro, governador Silval Barbosa, familiares do homenageado e lideranças políticas das esferas estadual e federal.

Apresentações

A I Virada Cultural contou com apresentações musicais, danças, capoeira e teatro, diversificando pelos gêneros popular, tradicional, regional e gospel. A baixa temperatura fez com que a Virada Cultural ganhasse aspecto de Festival de Inverno -- juntando famílias, com adultos, idosos, jovens e crianças.

Qualificação

Para qualificação de mão de obra, o Governo Municipal de Diamantino, em parceria com o Instituto Mato-grossense do Algodão (IMA-MT) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), busca qualificação profissional em costura industrial. Na sexta-feira, ocorreu a reunião com mais de 20 mulheres em busca da implantação de novos cursos no município e a criação de uma cooperativa no setor.

Japuíra

Na ocasião foi apresentado o projeto Japuíra, criado em 2002, em Rondonópolis, para qualificação profissional na costura industrial. O coordenador do projeto, Osmar Rodrigues salientou a importância do Governo Municipal para qualificação das costureiras que logo se tornarão microempresárias.

*Bastidores da Política

Medida Cautelar

A juíza Ana Cristina Silva Mendes, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), deferiu uma medida cautelar também impetrada pela coligação "Viva Mato Grosso", encabeçada pelo candidato a governador José Geraldo Riva (PSD), e impugnou a pesquisa do Instituto Vox Populi, divulgada neste sábado, pelo jornal Diário de Cuiabá.

Conexão

O pedido foi feito inicialmente pela coligação "Amor a Nossa Gente", do candidato a governador Lúdio Cabral. O advogado José Antônio Rosa, coordenador jurídico da coligação encabeçada por Riva também ingressou com o pedido. A juíza julgou o pedido do candidato Lúdio Cabral e considerou o pedido da coligação de Riva, solicitando a conexão dos processos.

Taques

A pesquisa mostrava o candidato Pedro Taques com larga vantagem à frente de Riva e do candidato Lúdio Cabral (PT). A magistrada acatou os argumentos da defesa de Riva que provou que houve graves irregularidades na formatação da pesquisa, como falta de critério de proporcionalidade nas regiões pesquisadas com o número de eleitores.

Notificação

A juíza ainda determinou que a pesquisa seja retirada do site do Diário. Ela também vai notificar outros sites da Capital que repercutiram os números para que as matérias também sejam tiradas do ar. Na decisão, ela ainda determinou busca e apreensão de panfletos distribuídos por Pedro Taques exatamente no mesmo dia que a pesquisa foi veiculada.

Desistiram

Os vereadores por Cuiabá Leonardo de Oliveira (PTB) e Oséas Machado (PSC) desistiram da disputa por uma vaga na Assembleia. Na semana passada, Juca do Guaraná Filho (PTdoB) já havia declinado da candidatura ao Senado alegando motivos de ordem familiar. Leonardo de Oliveira, alega que decidiu não concorrer a deputado estadual para cumprir o restante do mandato de vereador.

Cenário

Nos bastidores, no entanto, a informação é de que o petebista se retirou da disputa devido à falta de viabilidade partidária já que o PTB está coligado somente com o PPS e a composição dificilmente conseguirá eleger um parlamentar. Os principais quadros do PTB como a ex-senadora Serys Marly, o ex-prefeito de Cuiabá Chico Galindo e o ex-diretor-geral do Dnit Luiz Antonio Pagot também estão fora do processo eleitoral neste ano.

Crise

O governador Silval Barbosa (PMDB) não vê crise com a Assembleia Legislativa, que não tem votado matérias de interesse do Poder Executivo há mais de um mês. Os deputados deveriam ter concluído a apreciação da matéria sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na quinta-feira (17). Com isso, eles não poderão entrar no recesso previsto para este mês.

Extraordinária

Para Silval, nesta semana, o presidente do Legislativo, Romoaldo Júnior, deve convocar uma sessão extraordinária para votar a LDO. Outras matérias de interesse do governo, como a que trata do MT Prev, também deveria ser colocada à apreciação dos parlamentares, porém, está havendo resistência até mesmo entre os deputados da base de sustentação.

Pendências na saúde podem afetar eleições

Ilustração: Renan Guzetto

Levantamento realizado pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) aponta pendências da Secretaria de Estado de Saúde (SES) junto às prefeituras, em montante aproximado de R$ 22 milhões, referentes aos meses de abril e maio de 2014. Esses atrasos, somados à parcelas de repasses relativos à convênios, firmados entre prefeituras e Estado, poderão levar a entidade a ingressar com ação na Justiça contra o governo. A reunião marcada para a próxima terça-feira, entre o presidente da AMM, Valdecir Luiz Colle (PSD) e representantes do Executivo, servirá de termômetro para possível queda-de-braço entre os entes na esfera judicial. Secretário chefe da Casa Civil, Pedro Nadaf, rebate a "cobrança", acentuando problemas de ordem técnica de responsabilidade de gestores públicos que teriam provocado freamento do sistema.